

(Discurso de Posse da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia)

Introdução

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues; Senhor Prefeito da Cidade de Salvador, Bruno Reis; Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Deputado Estadual Adolfo Menezes, Excelentíssimo Senhor Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o eminente Des. Nilson Castelo Branco, nas pessoas de quem cumprimento, calorosamente, as autoridades dos três Poderes da República aqui presentes.

Excelentíssima Senhora Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional deste Estado da Bahia, Dra. Daniela Lima de Andrade Borges; Senhora Procuradora-Geral de Justiça, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, nas pessoas de quem também cumprimento, calorosamente, todos os advogados e membros do Ministério Público que se fazem presentes.

Autoridades militares e eclesiásticas.

Queridos familiares, nobres servidores do Tribunal de Justiça, amigos, colegas e demais convidados.

Há o tempo, compositor de destinos...

É silêncio e movimento, nosso companheiro e algoz. É como o vento que nos ensina, com sabedoria e coerência infinda, a respeitar e aguardar a hora exata de erguer as velas e seguir mais adiante.

Prometendo não me alongar além do que este tempo permite, inicio este honroso discurso de posse, primeiro lançando um olhar sobre a Justiça e o nosso Poder Judiciário Estadual, seus matizes e circunstâncias diante dos novos tempos. Em seguida, direciono o olhar sobre as perspectivas e os projetos para os próximos dois anos e, por fim, manifesto a minha incontida gratidão por estar vivendo este momento.

Em especial, quero registrar a homenagem que prestei quando da minha entrada a este Salão, em quebra do protocolo, por condução de dois amigos magistrados, a eminente Des^a Márcia Borges Faria e o eminente Des. Carlos Alberto Dutra Cintra.

A escolha desses magistrados carrega para mim um importante simbolismo.

A Des^a Márcia representa o espírito de amizade, honradez, companheirismo, empatia e apoio, sempre por ela evidenciado nos momentos mais desafiadores da minha caminhada, como também por seu exemplo de magistrada comprometida com seu trabalho, em especial à frente da 2^a Vice-Presidência, onde conseguiu alcançar o selo diamante. Um exemplo de magistrada que deve ser seguido por todos nós.

Sua companhia aponta que a minha gestão adotará como norte o caminho da união, da cooperação e do apoio aos magistrados, o que sempre nos fez e nos fará superar os obstáculos e as dificuldades em prol do fortalecimento e do crescimento do Poder Judiciário baiano.

O Des. Cintra representa o espectro da independência deste Poder Judiciário. A sua memorável gestão à frente da Presidência do Tribunal foi marcada pela luta imanente à garantia da preservação da autonomia e da independência do Judiciário baiano, conforme assegurado na Constituição

da República e na Constituição do Estado da Bahia, libertando-o da sombra desconfortável de um potencial controle externo por parte dos demais Poderes de Estado.

Além disso, também exerceu o poder de maneira democrática, buscando sempre a conciliação e a união da magistratura, tornando mais forte nosso Judiciário. Foi um líder lembrado e festejado, até hoje, por todos.

Sua companhia assinala que o Poder Judiciário baiano prosseguirá com passos firmes e com o olhar esperançoso em direção a um futuro de paz, união e reconhecimento respeitoso da sua importância no cenário nacional.

Passo, agora, a fazer uma panorâmica da Justiça e do Poder Judiciário baiano, em tempo de semeadura e diante de novos ventos.

Proclamado o resultado da eleição da Mesa Diretora para o biênio 2024-2026, ainda em meio à euforia natural que envolve todo o processo, pude dedicar um olhar mais analítico ao Poder Judiciário baiano, às suas nuances e circunstâncias e à dimensão de seu vulto, quando tive a inestimável colaboração da Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar que presidiu a Comissão de Transição, a quem aproveito o momento para agradecer a valiosa ajuda.

Confesso-lhes que o acúmulo de vivências relevantes ao longo da magistratura estadual, a partir da atuação judicante diuturna, desde a experiência em entrâncias iniciais, na capital e na instância recursal, até a atuação enquanto Corregedora das Comarcas do Interior, não foi capaz de afastar a apreensão inicial em relação à responsabilidade de capitanear as decisões de gestão deste Poder Judiciário. Tive uma visão nítida do que é, hoje, o Poder Judiciário baiano. E ele é gigantesco!

Por certo, a atuação enquanto magistrada responsável pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, instituída por iniciativa do eminente Des. Nilson Soares Castelo Branco, em sua elogiosa gestão, incutiu-me a maior convicção quanto à necessidade da importância do aprimoramento da primeira instância judicial, para o atendimento do direito ao acesso à justiça e à sua efetiva entrega, assegurada a garantia da razoável duração dos processos, bem como os meios capazes de garantir a celeridade de sua tramitação.

A missão de garantir aos nossos jurisdicionados a efetividade desses importantes direitos e das garantias de índole constitucional, portanto, de aplicabilidade imediata, nos termos do que dispõe o § 1º do art. 5º da Constituição Federal, é prioritária e instrumental para permitir o avanço global na melhoria da prestação dos serviços judiciários, demandando o prosseguimento das iniciativas e dos projetos já implementados, nesse sentido, pelo nosso querido Presidente Castelo Branco, destacando-se a exitosa realização de concurso público para provimento de cargos de técnicos e analistas judiciários; o aprimoramento das estruturas de otimização ao acesso à Justiça, a exemplo da implementação do Juízo 100% Digital e Núcleo de Justiça 4.0; a melhoria das instalações físicas dos nossos prédios, com instalação de salas passivas e salas de depoimento especial; a modernização dos equipamentos de informática; e o investimento em soluções tecnológicas inovadoras, tudo em estreito alinhamento com as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

As medidas estruturais já implementadas e projetadas, no campo da instrumentalização da Justiça de Primeiro Grau, devem avançar com o incremento do pessoal e, sobretudo, das ferramentas de tecnologia de dados, inteligência artificial capaz de permitir aos magistrados e aos

servidores o direcionamento precípua do foco de atuação nas atividades essenciais à entrega da prestação jurisdicional de maior qualidade e com manejo criativo das ferramentas processuais de otimização de atos, agilidade no curso dos feitos, além da consolidação da jurisprudência, o que termina por criar ambiente propício à redução da litigiosidade, aumento do número de composições entre as partes e fomento à resolução de conflitos por meios extrajudiciais.

Em paralelo, reconhece-se a ressignificação ampliadora do conceito da garantia fundamental ao acesso à justiça, que está muito além da mera assistência judiciária gratuita, catalisada pelo advento da rede mundial de computadores, hoje com acesso mais abrangente e simplificado à maioria da população.

Esse caminho foi pavimentado pela gestão antecessora, mediante a **implantação das salas passivas e dos pontos de inclusão digital** em todo o Estado da Bahia, bem como do fomento à adoção da **linguagem simples** no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, consolidado pelo Decreto Judiciário 740/2022 e da incondicional adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, proposto pelo Conselho Nacional de Justiça¹.

Seguiremos, nesta linha, comprometidos com a adoção das melhores práticas, ligadas a permitir o aprimoramento das medidas inclusivas, com vistas a conferir ao cidadão jurisdicionado a certeza de que o Poder Judiciário baiano é acessível a todos os que dele necessitam, sobretudo, estreitando o diálogo com a sociedade, à conta de se fazer entendido, de modo a permitir o necessário alinhamento às necessidades de uma sociedade tão multifacetada e rica, mas carente de valorização e

¹ [Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples - Portal CNJ](#)

asseguramento das garantias e dos direitos consagrados pelas Constituições Federal e Estadual.

Dentre as medidas de potencialização deste propósito está, por exemplo, a especialização na repressão e na punição aos crimes de ódio, ligados à discriminação por raça, etnia, credo, orientação sexual e de gênero, entre outras modalidades de desvalorização de atributos personalíssimos, que tanto adoecem a nossa sociedade, merecendo, por sua abrangência, relevância e especificidade, um tratamento atento, humanizado e empático pelo Poder Judiciário baiano.

O Fortalecimento do Poder Judiciário, reitero, é também um propósito desta nova gestão.

Tal prioridade traz consigo a necessidade de valorização de magistrados e servidores que, com muita dignidade, esforço, dedicação e entrega, são responsáveis por cumprir, com excelência, a revés de tantas atribulações, muitas delas inerentes ao serviço, ou mesmo carência de estrutura física ou de pessoal, a missão que lhes foi imposta.

É preciso, portanto, melhorar ainda mais a capilarização da estrutura deste Judiciário, com incremento de instalações físicas, aparato tecnológico, logístico e de pessoal, tanto nas comarcas de entrância inicial, como nas intermediárias e finais, sem descuidar do reflexo direto de tais mudanças para os serviços jurisdicionais prestados pelo 2º Grau, enquanto instância revisora.

É importante, sobretudo, fomentar uma cultura de inovação no Poder Judiciário baiano, em todos os setores, com direto incremento e incentivo do emprego de práticas, técnicas e de tecnologias disruptivas, que funcionam

como verdadeiro caminho facilitador ao alcance dos objetivos da justiça, em um cenário que se apresenta igualmente inovador e disruptivo.

Faz-se premente, também, investir em avanços na capacitação do ferramental humano, com incremento na oferta de cursos de formação continuada de servidores e magistrados, por meio de oferta interna ou externa, em parceria com instituições de ensino, de modo a elevar o nível de excelência e eficiência dos serviços, sem descuidar do aspecto humanístico e da valorização das competências e das habilidades dos nossos quadros, sempre com o foco na entrega da melhor prestação jurisdicional.

O reconhecimento perpassa pela necessária composição remuneratória de modo a preservar a dignidade e o senso de valorização da categoria de servidores e magistrados, o que envolve não somente o aumento de vencimentos e pagamento dos direitos já reconhecidos pelas instâncias superiores, mas também a qualidade de recursos de trabalho, ampliação da rede de benefícios relacionados aos servidores do Poder Judiciário, missão que será estudada, diante das possibilidades, com cuidado e atenção devidos, ao bem de elevar ainda mais o grau de satisfação em realizar o nobre mister do serviço público.

Dirigindo-me, em especial, aos magistrados e aos servidores, registro que estarei sempre disposta ao diálogo construtivo, seja por meio dos sindicatos de cada classe, e aqui quero destacar a atuação proativa do nosso Presidente da AMAB, Des. Júlio Travessa, seja por meio de encontros regionais, utilizando-me da estrutura da Rede de Governança Colaborativa, instrumento de grande utilidade para o diálogo entre os magistrados e a Administração, que já rendeu bons frutos durante o último biênio e para a qual conclamo todos a participar ativamente.

Isso sem esquecer os magistrados e os servidores aposentados que, após contribuírem por anos com o seu trabalho e esforço, vêm passando por sérias dificuldades, aos quais deve ser garantido o restauro da sua dignidade.

E ainda não podem ser esquecidos os servidores terceirizados, com os quais temos contato diário, e sem os quais não teríamos o respaldo para o nosso bom desempenho funcional. Esses servidores sobrevivem a duras penas com o mínimo remuneratório garantido pela Constituição e para os quais devemos ter um olhar humanizado e sensível.

Além de cuidar dos nossos jurisdicionados e da nossa gente, o fortalecimento da instituição demanda análise e indispensável reestruturação dos seus setores administrativos internos, atendendo ao ideário de otimização e eficiência que o serviço demanda. São muitos os reclamos quanto à morosidade no trâmite dos processos administrativos internos!

As necessárias políticas de meio ambiente, responsabilidade social e governança, diante de sua importância e essencialidade nos tempos atuais, devem se integrar, ainda mais, às condutas implementadas pelos órgãos de gestão, administrativos e auxiliares do Poder Judiciário, em todos os segmentos de trabalho, com vistas a alinhar os resultados de meio, os fins e os objetivos principais do serviço da justiça aos propósitos de eficiência, transparência e sustentabilidade, inafastáveis à administração da coisa pública.

Toda essa panorâmica sinaliza um biênio de grandes desafios, envolvendo o prosseguimento nos caminhos já iniciados e algumas mudanças, exigindo esforço conjunto incontestado por parte de todos, notadamente do Secretariado

e das Diretorias de apoio.

Nesse panorama, apresenta-se como imprescindível a parceria com os Poderes Executivo e Legislativo, aos quais me dirijo, agora, nas pessoas de seus líderes máximos, o Governador Jerônimo Rodrigues e o Presidente da Assembleia Legislativa, Adolfo Menezes. Cada um de nós está imbuído de uma missão que tem por objetivo único a satisfação dos cidadãos baianos. Todos os nossos esforços convergem para esse único desiderato, por isso entendo que devemos sempre marchar juntos, unidos na consecução desse propósito. Todos queremos que nossos cidadãos tenham emprego, saúde, segurança, justiça, então, nada melhor que trabalharmos em harmonia para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

A realização desses objetivos reclama a atuação integrada, coesa e convergente dos nobres Desembargadores integrantes da Mesa Diretora, bem como dos demais componentes da Corte baiana, em contínuo e esperado esforço de colaboração, união e proatividade de sempre. Conto com a colaboração dos meus nobres pares! Juntos somos mais fortes, meus companheiros!

Externo, ainda, a importância do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados (Seção Bahia), dos órgãos de estatura constitucional com atuação permanente perante a Justiça, sendo indispensáveis à viabilização da efetiva entrega da Justiça, no que compreende, inclusive, o seu acesso amplo e pleno quanto às prerrogativas do jurisdicionado.

A esses órgãos declaro o mesmo respeito sempre devotado durante a minha caminhada pela atuação judicante e conto com a colaboração e a união de esforços institucionais para elevarmos ainda mais a qualidade da entrega da

tutela jurisdicional a quem dela necessita, consolidando a certeza e a sensação de que as instituições jurídicas de Estado se apresentam como vias idôneas e legítimas para a pacificação dos conflitos da nossa sociedade.

2. Tempo de gratidão

Daqui, contemplando a presença de todos, o brilho nos olhos e a atmosfera vibrante que emana deste Salão Nobre, projeto o pensamento em sintonia de profunda gratidão que retroage aos tempos da infância alegre, a fase da adolescência com suas descobertas, até a maturidade com suas escolhas, projeções e realizações.

Em todos os momentos, tive o apoio incondicional dos meus pais, Evaldo (hoje já na espiritualidade, mas, com certeza, aqui presente) e Celina (impedida de locomover-se devido a adiantado estado de doença), e que souberam transmitir aos seus filhos o exemplo de honra e dignidade a ser seguido, que junto aos meus queridos irmãos Cássio e Ricardo – os melhores companheiros de caminhada que eu poderia ter –, foi fundamental para que eu chegasse aqui, hoje, pela honrosa escolha dos meus pares e, neste momento, receba a missão profissional mais desafiadora a mim já confiada.

E este belo sentimento de gratidão vem em ondas aos mestres de sabedoria informal que, com seus rudimentos e experiências de vida, dispensaram precioso tempo, energia e foco a viabilizar o meu desenvolvimento enquanto ser humano, digno, que ama a vida e é feliz por dela desfrutar da forma mais nobre e plena possível, servindo ao próximo com entrega, dedicação e amor pela missão de vida que abracei: **A Magistratura.**

Aos meus queridos colegas servidores públicos, de todos os postos onde

exerci a magistratura, desde a entrância mais remota onde comecei esta jornada judicante, agradeço pelo acolhimento, pela companhia nos momentos de apreensão diante dos primeiros desafios e também nos instantes de alegria, muitos deles decorrentes da entrega efetiva da Justiça a quem tanto necessitava.

Gostaria de consignar o meu profundo agradecimento a todos os colaboradores e servidores deste Tribunal, na pessoa dos integrantes do meu Gabinete e da Diretoria de Primeiro Grau, que acompanharam mais de perto uma parte muito importante desta caminhada, seguindo comigo, partilhando da minha jornada mais recente nesta egrégia Corte, devotando abnegada atuação profissional, com admirável compromisso, responsabilidade, senso de empatia e colaboração em equipe, na qual cada integrante compõe uma engrenagem complexa que se converge, ao cabo, à instrumentalização da entrega da prestação jurisdicional na minha atuação unipessoal ou colegiada.

Aos Colegas Magistrados, com quem partilho a nobre e diuturna função da entrega da prestação jurisdicional, manifesto a minha enorme gratidão na pessoa do eminente Des. Nilson Castelo Branco, querido amigo desde os tempos da UCSAL, com quem tenho grande empatia e que, durante a sua Presidência, muito me apoiou na realização dos projetos que me incumbiu, bem como aos Desembargadores desta egrégia Corte de Justiça, por ter a satisfação de poder dividir este tempo de atividade judicante colegiada em tão alto nível, com predomínio do debate de ideias, atenção à tutela do jurisdicionado e, sobretudo, sentimento de entrega da Justiça tão almejada àqueles que dela necessitam.

A eles registro, mais uma vez, o meu agradecimento pela confiança depositada na forma da minha eleição para estar à frente da gestão

administrativa do Tribunal mais antigo das Américas, completando, neste ano, 415 (quatrocentos e quinze) anos de existência.

Não menos importante, declaro a minha incondicional gratidão e amor ao meu parceiro desta vida, Pererê, companheiro dos momentos felizes e do abraço nos instantes necessários, guerreiro lutador que me ensina a cada dia a amar a vida como ela é, nos seus momentos bons e ruins, cavalheiro solidário e meu par de dança, no baile interminável que é viver. A nossa dança vai ficar ainda mais essencial a partir de agora, Vida, seguiremos valseando sempre!

Obrigada por ter trazido consigo seus filhos Thiago e Mateus, garotos que vi crescer e se tornarem homens de bem e sucesso, com quem tenho linda relação de carinho e amizade construída ao longo do tempo.

Por fim, sou muito grata ao universo de energias iluminadas que nos circundam, a espiritualidade sagrada e a religiosidade que compõem uma áurea vibratória de fé e de positividade, uma força que atrai por afinidade as pessoas de bem para o propósito maior de tornar este mundo um lugar mais digno, justo e com melhores oportunidades a todos.

Deus, nosso Pai Maior, será o guia nesta nova estrada, como sempre foi durante toda a minha vida; o amor, força propulsora do universo, como está escrito na parede da nossa parceira a Fundação Lar Harmonia, é o que nos move a assumir esta grande responsabilidade. Segundo o Mestre indiano Paramahansa Yogananda, *alimente apenas amor em seu coração. Quanto maior for sua aliança com o bem, maior será o bem em sua vida.*

Encerro, neste momento, com parte da mensagem engendrada pelo grande Beto Guedes, integrante de uma canção de sua autoria, “O sal da Terra”, tão

significativa da minha história que, sem dúvidas, escolhi como trilha sonora do meu acesso a este nobre Salão e que foi interpretada por essa cantora tão querida, JÓ, acompanhada por seu irmão Gerson Silva e por meu companheiro Pererê:

Anda, quero te dizer nenhum segredo

Falo desse chão da nossa casa

Vem que tá na hora de arrumar

Vamos precisar de todo mundo

Pra banir do mundo a opressão

Para construir a vida nova

Vamos precisar de muito amor

Vamos precisar de todo mundo

Um mais um é sempre mais que dois

Para melhor construir a vida nova

É só repartir melhor o pão

Recrutar o paraíso agora

Para merecer quem vem depois

Muito obrigada!